



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 093

QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 154ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN — Serviços prestados à comunidade agrícola do Município de Agudo — RS, pela Cooperativa de Crédito Rural de Agudo Ltda.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Fundação no Município de Laguna — SC, do novo semanário *Sul do Estado*.

DEPUTADO MINORU MASSUDA — Registro das recentes manifestações estudantis realizadas na cidade de São Paulo.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Atuação desenvolvida pelo Sindicato dos Publicitários do Rio de Janeiro, em prol do desenvolvimento da economia da Nação.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Projeto de lei de sua autoria, ora em elaboração, visando um maior controle da poluição hídrica em nosso País.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — A retenção das moedas divisionárias pelos possuidores de cadernetas de poupança, como causa do agravamento do problema da falta de troco.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 85/77-CN (nº 280/77, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.566, de 1º de agosto de 1977, que autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRÁS, e dá outras providências.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação do calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 155ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Lançamento do jornal *A Trombeta*, órgão da Secretaria de Missões das Assembleias de Deus do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ATHIE COURY — Escolha do Dr. Tuffik Mallet como médico do ano de 77.

DEPUTADO JOSE CARLOS TEIXEIRA — Passamento do Vereador Rosalvo Silva, da Câmara Municipal de Aracaju.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Lançamento em caráter diário, do jornal *Hoje*, de Nova Iguaçu — RJ.

DEPUTADO MINORU MASSUDA — Poluição do bairro de Vila Friburgo em Santo Amaro — SP, advinda das atividades das fábricas da CERALIT.

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Defesa de medida objetivando o fortalecimento de nossa economia agrícola.

DEPUTADO MILTON STEINBRUCH — Transmitindo esclarecimentos prestados pelo Prefeito de Niterói — RJ, face pronunciamento do Deputado Luiz Braz, a respeito de falhas na administração daquela cidade.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Homenagem à memória do Sargento Sílvio Delmar Hollembach, vítima de acidente ocorrido no Jardim Zoológico de Brasília.

DEPUTADO DIAS MENEZES — Requerimento de autoria do Vereador Geraldo Elisei, aprovado pela Câmara Municipal de Cruzeiro — SP, solicitando ao Sr. Ministro dos Transportes, providências para a construção do viaduto de acesso àquela cidade.

| | |
|---|--|
| EXPEDIENTE CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL | Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Via Superfície: Semestre Cr\$ 200,00 Ano Cr\$ 400,00 Via Aérea: Semestre Cr\$ 400,00 Ano Cr\$ 800,00 (Exemplar Avulso Cr\$ 1,00) Tiragem 3 500 exemplares |
| AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal | |
| ARNALDO GOMES Diretor Executivo | |
| HELVÉCIO DE LIMA CAMARGO Diretor Industrial | |
| PAULO AURÉLIO QUINTELLA Diretor Administrativo | |

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Projeto de lei de autoria de S. Ex^e, dispondo sobre dedução no Imposto de Renda relativa ao empregador doméstico.

DEPUTADO RUY BRITO — Recondução do jornalista Antônio Cortizo para membro da Comissão de Enquadramento Sindical.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 12, de 1977-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia, e dá outras providências. Aprovado, após usar da palavra em sua discussão o Sr. Senador Itamar Franco. À sanção.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 154^a SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Júnior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jânio Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jésé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Euríco Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre
 Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas
 Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará
 Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão
 Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Plaue

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Pará

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Broja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Eramos Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Morge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDN; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Biota Junior — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egrelha — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kuni-go — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onígio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedido Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA — José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, Agudo é um dos mais importantes municípios que tenho a honra de representar nesta Casa. Além de grande produtor de suínos, a sua produção agrícola é diversificada: fumo, arroz, soja, milho e moranguinhos.

Entre as instituições que atestam a pujança do município e a capacidade realizadora dos seus habitantes, figura a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular. Fundada em 21 de agosto de 1927, esta notável organização vem prestando os maiores serviços à comunidade, sobretudo aos agricultores:

"Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no ano de 1969, foi aprovada a reforma estatutária, passando a ser sociedade de responsabilidade limitada, ocasião, em que passou, também, a ter o nome de Cooperativa de Crédito Rural de Agudo Ltda., sucedendo a Cooperativa de Crédito Rural União Popular. A partir de então cada associado teria de subscrever quotas-partes de capital.

A cooperativa é dirigida desde 1966 por Walter Hermes, que assumiu a direção em substituição a seu pai, Arthur Arnol do Hermes, gerente da entidade durante 38 anos e que, por motivos de saúde não aceitou a reeleição.

O atual Conselho de Administração está assim composto: Presidente, Ernesto Ewald Martins (desde 1955); secretário, Pedro Álvaro Müller; tesoureiro, Aldemar Evaldo Wrass e, sem funções específicas, Leontino Alberto May e Armando Paulo Wilhelm (efetivos); suplentes: Ivo Renatto Goltz, Leopoldo Felipe Frantz e Floriano Leopoldo Hermes.

Em 1972, o capital da cooperativa estava estimado em Cr\$ 70.708,00, evoluindo para Cr\$ 528.702,00 até 1977; as reservas aumentaram, no mesmo período, de Cr\$ 60.568,99 para Cr\$ 234.959,59, sendo que os depósitos e empréstimos passaram, respectivamente, de Cr\$ 206.228,45 para Cr\$ 1.001.448,84 e de Cr\$ 306.040 para Cr\$ 1.594.250,00 nos últimos cinco anos.

Em substituição a Armando Goltz, que ocupava o cargo de secretário no ano de 72, foi eleito Aldemar Evaldo Wrass, que atualmente exerce as funções de tesoureiro."

Ao fazermos este registro, congratulamo-nos com os dirigentes e associados desta importante entidade, formulando votos de constante prosperidade à cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, "Sem coragem para o mal e sem medo para o bem" ressurgiu no sul-catarinense, mais precisamente em Laguna, na lendária terra farroupilha, extremo sul da Pátria até o Século XVIII, o semanário "Sul do Estado", exatamente no dia 29 de julho de 1977, quando a comunidade comemora seus 301 anos de existência.

No comando do jornal de ontem, que hoje se renova, preparando-se para viver e participar os dias novos de Laguna tricentenária, mas nunca tão jovem e entusiasmada em face de seu futuro e sedutor destino, o idealista de sempre, renovado em seus nobres e altos propósitos, o Capitão da Revolução de 30: Pompílio Pereira Bento. Ao seu lado, expressões das novas gerações lagunenses, os advogados Jayson Prates da Silva e Nagil Bento, coadjuvados pelas redatoras Maristela Ramos, Eline C. Nunes e Lisia Lemos.

Nas suas páginas, ainda, as presenças marcantes de Rubem Ulisseia e Abelardo Calil Bulos, avalistas do conteúdo da matéria editorial.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nada mais gratificante do que assinalar acontecimentos como esses, que dizem de pertq estão intimamente com a vida de uma comunidade que herdou do passado

os mais gloriosos eventos, verdadeiros exemplos a orientar a vida e a missão a ser cumprida pelos que hoje tomam a si a responsabilidade de comandar e orientar os destinos da coletividade a que se integram.

O editorial de "Apresentação" do renascido semanário revela seu propósito e destaca seus objetivos.

Lendo-o, para que se integre em nossa oração dando-lhe valioso fecho, presto sincera homenagem aos dignos brasileiros da nossa região de representação política, aos ilustres lagunenses, herdeiros de um glorioso passado, que Abelardo Calil Bulos bem define com essas precisas e bem lançadas observações:

"A participação de Laguna nos destinos do Brasil não se inscreve em capítulos de atuação que a levasse a ter restrições, ao passado mais longíquo. Para essa participação, não contribuiu Laguna apenas com a presença de seus filhos nas gloriosas marchas em direção ao sul do País, dimensionando e demarcando fronteiras, mas contribuiu com o comparecimento dos lagunenses nas guerras contra a cobiça estrangeira, na composição dos ministérios do Império e da República, na formação de gerações cujo desempenho na política, na literatura, no jornalismo, nas artes, e em todos os momentos expressivos do crescimento do Brasil. Essa contribuição, vale por uma afirmação irrecusável de autêntica brasiliade."

Sr. Presidente e Senhores, rendemos nosso preito de louvor ao "Sul do Estado", lendo seu Editorial, sob o título "Apresentação":

"O semanário Sul do Estado nasceu da vocação política de Pompílio Pereira Bento, homem de honra que veio para Laguna com as armas da Revolução de 1930.

O jornal fez história na defesa dos interessados da população lagunense, da comunidade estadual e do País. Só muitos anos depois, após haver contato na sua direção com o brilho de Armando Calil Bulos, bem como colaboradores do porte intelectual de José Duarte Freitas e Abelardo Calil Bulos, Sul do Estado teve silenciada sua máquina impressora.

Mesmo sem o jornal, o revolucionário, que chegara com a patente de capitão e impedira o desenvolvimento dos legalistas no porto de Imbituba, seguiu fazendo de sua vida um compromisso de luta em favor das causas públicas.

Nosso mandatário na Assembleia Legislativa, Pompílio Pereira Bento deu dignidade àquele Poder. Prefeito de Laguna, sempre é citado entre os que mais se desvelaram na condução dos negócios do município. Chefe político em larga área de atuação, pontificou, principalmente, por ser um apaixonado cultor da lealdade.

Hoje, Sul do Estado volta à luz. E o impeto com que nasce é ainda aquele que lhe valeu na fase inicial, o aplauso de todas as classes.

Este semanário retoma as bandeiras do povo. Não descerá do pleno moral a que o fundador o elevou. Cultivar os valores do passado sem ser passadista. Exportar as razões de sustentação de direitos dessa coletividade em face dos poderes do Estado e da União.

Laguna é um município ressentido. Longo tempo lidou a região sul. E, desassistido de alguns governos, de repente viu o seu campo de influência limitado ao próprio território.

Mas, a reação começou. O primeiro grito subiu das urnas eleitorais de 1976. Laguna se tornou da combatividade que a projetara no quadro catarinense e a tem na medida dos problemas que afligem a sua gente.

Sul do Estado se propõe ser parte do grau de combatividade exigido pela problemática municipal. Aqui estará — na expressão de Armando Calil Bulos — sem coragem para o mal e sem medo para o bem."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a violência policial contra os estudantes continua nas grandes capitais e vai tomando aspectos cada vez mais grotescos.

A última refrega havida em São Paulo, por exemplo, no mesmo dia em que o País comemorava mais um aniversário da morte de Getúlio Vargas, assumiu aspectos tão lamentáveis, que vale a pena comentar o assunto mais uma vez.

Dizem as crônicas dos jornais paulistanos que o Secretário da Segurança Pública do Estado teria dito ao final do balanço daquele dia de violências, nada mais nada menos do que o seguinte:

"Foi mesmo um dia de luta. Quatro horas de luta inglória. O saldo foi lamentável, houve feridos e cerca de 100 detidos — todos liberados."

Antes de comentar essas possíveis declarações do Coronel Antônio Erasmo Dias, Sr. Presidente, desejo elogiar os estudantes, que souberam, mais uma vez, portar-se dignamente diante das agressões dos policiais, os quais, possivelmente, estavam a cumprir ordens diretas dos seus superiores. Ao mesmo tempo desejo parabenizar os jornalistas dos mais diversos órgãos da imprensa, bem como os radialistas e os cinegrafistas, que deram total cobertura aos acontecimentos, com risco até da própria vida.

Voltemos, entretanto, às imputadas declarações do Coronel Erasmo Dias. Se as palavras de S. Sº foram mesmo aquelas, Srs. Congressistas, nós temos de parar um pouco para analisá-las. É preciso fixar aqui, antes de mais nada, que aqueles tristes acontecimentos — "luta inglória de quatro horas" — foram presenciados por vários correspondentes internacionais, entre os quais, citados nominalmente pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Jan Rocha, correspondente da BBC de Londres, e Stan Lehmann, correspondente da United Press International — UPI — os quais teriam sido agredidos por um oficial da Tropa de Choque da Polícia Militar em pleno centro de São Paulo.

Foi vítima dessas arbitrariedades, inclusive, o meu companheiro Capitão PM Dersio Chiconelo.

A luta, Sr. Presidente, uma verdadeira batalha campal de quatro horas, foi mesmo inglória, mas não no sentido que o Coronel Erasmo Dias quis dar à expressão. A luta foi inglória pelas arbitrariedades perpetradas, mais uma vez, contra estudantes indefesos, que estão tentando, por meios que estão sendo obrigados a adotar, manifestar suas insatisfações.

A luta foi inglória, Sr. Presidente, pelas inomináveis arbitrariedades perpetradas contra jornalistas de São Paulo. Louvo-me ainda do relato de *O Estado de S. Paulo*. Diz esse grande e responsável órgão de nossa imprensa, que nos merece o maior respeito, que "o jornalista Sérgio Leopoldo, após ser espancado por um soldado, foi jogado no interior da viatura GC-6111 e ali permaneceu por cerca de 40 minutos dando voltas pela cidade, até ser apresentado a um Delegado do DEOPS, que determinou a abertura de inquérito para apurar a violência. Em seu depoimento, disse o jornalista que o soldado o espancou antes mesmo que ele pudesse apresentar suas credenciais". Segundo ainda o mesmo jornalista, o soldado que o espancou teria dito textualmente: "nós precisamos matar uma meia dúzia desses vagabundos para acabar com essa bagunça!"

Não sei a quem me devo dirigir, Srs. Congressistas, mas seja a quem for, desta tribuna e como representante do povo, afirmo que a Nação exige que essas arbitrariedades sejam apuradas até as últimas consequências, e que os culpados, dos menores aos maiores, tem de ser punidos. Como Policial Militar que sou, sei muito bem — como qualquer pessoa — que as atitudes que o subordinado militar toma são, via de regra, reflexos diretos de orientação recebida de seus superiores.

No caso pendente, não sei se a responsabilidade cabe ao Comandante da Polícia Militar de São Paulo ou ao próprio Secretário da Segurança Pública. Sei que não pode caber ao soldado que espanca, porque teria recebido ordens para isso, ameaçando "matar uma meia dúzia desses vagabundos". Apuradas convenientemente essas responsabilidades — se realmente vierem a sê-lo — só há um caminho: a substituição imediata do responsável ou dos responsáveis.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a repetição já enfadonha dos atos de repressão contra estudantes universitários e até secundários nos quatro cantos do Brasil que se vem brutalizando, precisa ter um paradeiro. Esses atos de repressão, acredito, têm como foco as medidas do Reitor da Universidade de Brasília. A violência só pode gerar a violência, e essa reação em cadeia não interessa, de modo algum, ao Brasil.

Convidado o Sr. Secretário da Segurança Pública de São Paulo e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo a um ato sereno de autocritica sincera. As palavras que S. S^{te} deixou escapar, tal como registradas pela imprensa, se verdadeiras, são por demais comprometedoras. S. S^{te} parece estar em estado de guerra. Sua disposição psicológica e psíquica, revelada nessas palavras denunciadoras — "foi mesmo um dia de luta. Quatro horas de luta inglória!" — parece não ser a melhor para as circunstâncias. O assunto é por demais grave. Sr. Presidente, é merece a atenção especial do Governo para que se evitem, no futuro, esses acontecimentos lamentáveis ou outros ainda mais graves.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez assomamos a esta Tribuna, desta feita para uma justa homenagem ao Sindicato dos Publicitários do Rio de Janeiro.

Fundado em uma época verdadeira e reconhecidamente difícil, porque ressentida ainda com o impasse da última guerra — década de 1940 — fortaleceu-se mercê da constância e do trabalho pioneiro de seus idealizadores, homens movidos pela força da responsabilidade, do altruismo e do alto espírito de realização.

Aos trinta e dois anos de uma existência sempre calcada na perseverança do trabalho e da luta, aquele Sindicato nos dá, hoje, e de forma gratificante, o testemunho de uma atuação serena, honesta e responsável, moldada dentro dos princípios da legalidade e da ordem constituída, fortemente empenhada no propósito da valorização profissional e ascenção social do trabalhador brasileiro.

Nosso elogio para o *Jornal da Propaganda*, órgão informativo do Sindicato dos Publicitários do Município do Rio de Janeiro, cuja objetividade transcende os anseios e as expectativas da classe associada, tendo em vista o seu caráter de informar instruindo.

É nosso desejo unirmo-nos a essa gente altaneira para lhe emprestar forças e incentivo para a continuidade do seu trabalho em prol da classe publicitária brasileira, responsável pelo crescente desenvolvimento da economia do nosso País.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso voto de louvor para o Sindicato dos Publicitários do Município do Rio de Janeiro, pela dedicação, pela honestidade e pela garra com que mergulha nas águas nem sempre tranqüilas de um mercado muitas das vezes ingrato e altamente competitivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um dos problemas que nos têm preocupado bastante é o que diz respeito aos vários aspectos da poluição hídrica, ao seu controle e a algumas medidas que se tornam eficazes para evitar que se continuem degradando os corpos líquidos, cuja vital importância para a vida dispensa maiores

considerações. Há vários aspectos a se observar em relação à matéria, entre os quais o referente à qualidade das águas marítimas e interiores dos balneários usados pelo público.

A fixação de normas e padrões relativos à qualidade das águas dos balneários, seja marítimos, seja de água doce, é um assunto altamente complexo e tem provocado muitas discussões em todas as partes do mundo. Isso se deve ao fato de que os estudos epidemiológicos até agora existentes são poucos e insuficientes, em virtude das imensas dificuldades intrínsecas a esse tipo de pesquisa.

Sr. Presidente, no nosso Estado, principalmente em Campos e em outros Municípios onde impera a indústria agropecuária, há outro tipo de poluição das águas: a provocada pelo vinhotto, poluente que resulta do processo industrial da atividade canavieira. Espera-se grande expansão da agroindústria, em consequência da implementação do Programa Nacional do Álcool. O vinhotto, também conhecido como restilo, é constituído de resíduos de líquidos açucarados depois de fermentados por levedo. Quando o restilo ou vinhotto é jogado num rio, lago ou outro corpo d'água, as toxinas que contém podem prejudicar a vida aquática, e, em consequência a mortandade de peixes é muito grande, verificando-se inclusive a destruição da flora aquática.

Sr. Presidente, ainda há um outro problema: o da acidez dos rios, provocada pelos detritos que as fábricas lançam nas correntes fluviais, sem qualquer tratamento.

Estamos fazendo alguns estudos neste sentido e esperamos, em breve, apresentar à Câmara dos Deputados e posteriormente ao Senado projeto de lei que possibilite um controle maior da poluição hídrica em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há alguns dias tratei nesta Casa do assunto Caderneta de Poupança.

E hoje, em complemento, quero fazer dois ligeiros reparos. Disse, na ocasião, que o comércio é um dos maiores prejudicados pelo "surto da poupança", que canaliza para outros bens boa parte do dinheiro que poderia ser empregado na aquisição de vários artigos e utilidades nas lojas comerciais.

Se cai o volume das vendas, as casas comerciais, sem meios de subsistir, ou vão à falência, ou fecham, ou mudam de ramo de negócios, neste caso para ramos que sempre vendem, como lanchonetes, gêneros e artigos de alimentação e drogarias, ou farmácias, por exemplo.

Quero dizer, agora, que deixei de mencionar uma valiosa e salvadora saída para o comércio: o crediário.

Adotando o crediário, o comércio consegue, pelo menos, uma arrecadação mensal certa que permite não só atender aos seus encargos, cada vez mais pesados, como ainda, e possivelmente, obter lucros razoáveis ou mesmo exagerados, o que pelas vendas à vista jamais conseguiria.

É por isso que casas e lojas comerciais com tradição de vendas exclusivamente à vista, com freguesia certa e selecionada, estão "caíndo no crediário", único meio de não fechar as portas ou "virar lanchonete" para vender cachorro quente, sucos, refrescos etc.

É que mesmo os fregueses certos e selecionados também "caem na poupança" e mesmo para eles pouco sobra para compras à vista em lojas que, tradicionalmente, vendem artigos de custo elevado.

É o terrível problema da falta de troco. Só não o conhece quem não anda de ônibus, por exemplo. O trocador nunca tem troco, ou porque não tem mesmo ou porque procura conseguir um "subsídio" adicional para o miserável salário que lhe é pago pelos donos das empresas.

A falta de troco causa discussões, troca de insultos e até brigas entre trocadores e usuários. As mulheres são as vítimas preferidas para insultos e emprego frequente de palavras de baixo calão.

O fato é que o troco é problema geral, constante, e diário. Não há troco para nada e o prejudicado é sempre o comprador ou usuário de qualquer serviço.

Pode haver muitas "explicações técnicas" para a falta de troco, mas, a meu ver, uma é certa: a moeda divisionária, aquela que é imprecindível para o troco, está sendo armazenada nos "cofrinhos" da poupança. Cofrinhos que têm vários nomes, apregoados em insistente e tendenciosa propaganda, visando, especialmente, às crianças. Resultado: tudo quanto é níquel vai para os cofrinhos, principalmente os cofrinhos das crianças, pois os próprios pais são os principais encarregados disso.

Depois, esses pais e mães vão discutir e brigar com os vendedores, trocadores de ônibus, motoristas de táxis etc, por falta de troco na hora de pagar.

Há moedas que raramente são encontradas, como a de um cruzeiro, por exemplo, as quais, em tremenda maioria, devem estar enchendo os famigerados cofrinhos.

Existem até, nos bancos, Caixa Económica etc, máquinas especiais para contar as moedas dos cofrinhos. Se essas moedas voltam à circulação, não sei. Nunca vi ninguém receber, nos bancos, por exemplo, 300 ou mesmo mil cruzeiros em moedas. Que vão para os cofrinhos e destes para os cofres dos bancos e Caixas, isto vão mesmo. Agora, como saem de lá, isto não sei nem creio que alguém saiba.

Conclusão: a fúria da poupança está agravando, e muito, o problema da falta de troco. E deixo, aqui, também um "slogan": "ponha tudo quanto é moeda divisionária no cofrinho das crianças e, depois, vá brigar com os trocadores."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 12, de 1977-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 85, de 1977-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM N° 85, DE 1977 (CN) (Nº 280/77, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tendo em vista o disposto no art. 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Indústria e do Comércio e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-lei nº 1.560, de 1º de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRAS, e dá outras providências".

Brasília, 8 de agosto de 1977. — Ernesto Geisel.

EM/GM/N.º 57 Em 22 de julho de 1977

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei, pelo qual é autorizada a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRAS, até o limite de Cr\$ 1.110 milhões.

2. A operação enquadraria no esquema de investimentos para a Siderurgia, em 1977, anteriormente aprovado por Vossa Excelência, consoante deliberação de 18 de novembro de 1976.

3. Cabe destacar, a propósito do disposto no parágrafo único do artigo 1º do projeto, que o esquema aludido já previa a utilização, até o referido montante de Cr\$ 1.110 milhões, dos recursos provenientes do recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND dos dividendos de ações pertencentes à União, nos termos do Decreto-lei nº 1.521, de 26 de janeiro de 1977.

4. É oportuno assinalar, outrossim, que do total aludido já foi recebida pela SIDERBRAS — sob a forma de adiantamento e conforme autorização de Vossa Excelência, exarada na Exposição de Motivos nº 16-A, de 29-3-77 — uma parcela de Cr\$ 448,8 milhões.

5. A promulgação de Decreto-lei justifica-se pela urgência de que se reveste a questão, caracterizada pela necessidade de imediato aporte de capital para as empresas siderúrgicas da área da SIDERBRAS, e pelo fato de estarem atendidas as condições de excepcionalidade previstas no art. 55 da Constituição.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de nosso profundo respeito. — João Paulo dos Reis Velloso, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Angelo Calmon de Sá, Ministro da Indústria e do Comércio.

EM/GM/N.º 16-A

Em 29 de março de 1977

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

De conformidade com as disposições do Decreto-lei nº 1.521, de 26 de janeiro de 1977, os resultados disponíveis, atribuíveis à União, nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais, deverão, a partir do corrente exercício, integrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, para oportunas aplicações em investimentos prioritários.

2. Conforme disposto, também, no citado Decreto-lei, deverão — logo que concluídos os respectivos levantamentos — ser submetidos à consideração de Vossa Excelência os esquemas relativos aos cronogramas de recolhimento e posterior aplicação dos recursos em causa.

3. Ocorre, entretanto, que, independentemente do levantamento referido, uma parcela substancial daquele total já se encontra integralmente caracterizada como disponível, tendo sido, inclusive, recolhida ao Tesouro Nacional. É a que se refere aos dividendos das ações representativas do controle da União no capital do Banco do Brasil S.A., os quais totalizam Cr\$ 448,8 milhões no balanço do segundo semestre de 1976.

4. Considerando essa circunstância, e tendo em vista a urgência requerida para a alocação dos recursos previstos na programação de investimentos aprovada para o setor siderúrgico, no corrente exercício, temos a honra de solicitar a Vossa Excelência a necessária autorização para que, a título da antecipação do respectivo esquema global, seja desde logo transferido à Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRAS, como aporte de capital, o montante de Cr\$ 448,8 milhões citado.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito. — João Paulo dos Reis Velloso, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Angelo Calmon de Sá, Ministro da Indústria e do Comércio. — Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda.

**DECRETO-LEI N.º 1.566
DE 1.º DE AGOSTO DE 1977**

Autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional, de ações da Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRAS, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Fica o Tesouro Nacional autorizado a promover a subscrição de ações da Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRAS até o limite de Cr\$ 1.110.000.000,00 (um bilhão, cento e dez milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. A integralização da subscrição será feita em dinheiro, podendo ser utilizados recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, inclusive os previstos no Decreto-lei n.º 1.521, de 26 de janeiro de 1977.

Art. 2.º Fica o Ministério da Indústria e do Comércio autorizado a subscrever, em nome do Tesouro Nacional, as ações a que se refere o artigo 1.º deste Decreto-lei.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de de 1977, 156.º da Independência e 89.º da República. — ERNESTO GEISEL — Mário Henrique Simonsen — Angelo Calmon de Sá — João Paulo dos Reis Velloso.

DECRETO-LEI N.º 1.521, DE 26 DE JANEIRO DE 1977

Revoga, a partir do exercício de 1977, as normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55 da Constituição, item II,

Decreta:

Art. 1.º Ficam revogadas, a partir do exercício de 1977, as normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

Parágrafo único. No decorrer dos sessenta dias seguintes ao de encerramento dos balanços anuais, a

partir do relativo ao do exercício de 1976, os Ministros de Estado informarão à Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Planejamento, o total dos recursos de que trata este artigo existentes em cada empresa ou sociedade de economia mista que lhes seja vinculada, discriminando a parcela relativa ao último exercício e as eventualmente remanescentes de exercício anteriores.

Art. 2.º O Presidente da República estabelecerá os valores dos resultados que as entidades referidas no artigo anterior recolherão, até 30 de novembro de cada ano, ao Banco do Brasil S.A., para crédito da conta de Receita da União do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As importâncias a que se refere o caput deste artigo serão incorporadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, na medida em que se efetivem os recolhimentos.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Renato Franco, Wilson Gonçalves, Jessé Freire, Lenoir Vargas, Eurico Rezende, Otto Lehmann, Osires Teixeira, Accioly Filho e os Srs. Deputados Rafael Faraco, Hélio Levy, Newton Barreira, João Pedro, Horácio Matos e Luiz Rocha.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Dirceu Cardoso, Roberto Saturnino, Itamar Franco e os Srs. Deputados Walmor de Luca, Jorge Ferraz, Oswaldo Lima, Tarcísio Delgado e Silvio Abreu Junior.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Comissão, nos termos do art. 110 do Regimento Comum, terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar o parecer, que concluirá pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

— A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos do competente parecer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 155.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 1977

3.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Júnior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jânio Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Marinho — José Freire — Domicílio Gondim — Milton Cabral — Cachá Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Melo — Luiz Caval-

cante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quercia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendo Canete — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Matos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Linc — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Matiz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadéia — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Broja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Acílio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Morge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badato — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Francis-

cato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kuni-go — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onígio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedido Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA — José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lensi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan —

ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falando desta tribuna sobre o *Jornal de Oração*, tive oportunidade de dizer: "Alguém já disse que o mundo de nossos dias vive de comunicação." Realmente, com o avanço da tecnologia, abrangente de todos os processos e setores da comunicação, a informação adquiriu tal velocidade de atualização, com relação ao tempo e ao espaço, que já não existe segredo ou desconhecimento de tudo que se passa na Terra, sendo os fatos observados e conhecidos, ainda quando se desenrolam, simultaneamente, no mundo inteiro. É a força do telex, do rádio e da televisão. Notícia lida é vista e ouvida, pois os satélites abrangem todo o nosso universo.

Mas o homem não vive apenas para tomar conhecimento dos fatos, inconscientemente. Muito de útil ele fica sabendo, mas, e não raro, os meios de comunicação lhe apresentam angústias e aflições, quando não se tornam perniciosos elementos de contaminação moral.

Fomos criados à semelhança de Deus, e recebemos Dele uma parcela divina — a nossa alma imortal — sujeita a um futuro eterno, a que todo homem tem que ingressar pelo passaporte da morte física. Isto quer dizer que temos um futuro na eternidade, e que estamos sujeitos a uma Justiça infalível e absoluta. Este destino pode estar ameaçado e, por isto mesmo, homens que cumprem os designios de Deus resolvem colocar os meios de comunicação a serviço da obra da salvação anuncianto o único caminho que nos conduz à glória eterna: Cristo. Ele mesmo disse: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vai ao Pai, senão por Mim."

Não importa que não se trate de um grande periódico, impresso no melhor papel, ou de custosa revista em rotogravura.

Muitas vezes, um pequeno panfleto, uma publicação modesta leva uma grande mensagem e cumpre a sua finalidade. É o caso de *A Trombeta*, órgão da Secretaria de Missões das Assembléias de Deus em Niterói e São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

A publicação trimestral que registra as atividades das missões pentecostais no meu Estado é de grande valia, pois não se trata apenas de um noticioso, mas de um órgão também doutrinário, inserindo matéria de evangelização e divulgando a mensagem salvadora do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A equipe responsável pela *A Trombeta* é homogênea e dedicada, dirigida por Custódio Rangel Pires, tendo como Editor Responsável Eude Martins da Silva. Ainda a integram, respectivamente como Produtor e Tradutor e Pesquisador, Jorge Luís da Silva e Moabel Souza Pereira.

Desta tribuna, perante o Congresso Nacional, registro, pois, o surgimento de *A Trombeta*, já no seu segundo número, pedindo ao Senhor, seu verdadeiro proprietário, que abençoe abundantemente os seus colaboradores, e que, pela mediação do Espírito Santo, honre ela ao nome glorioso de Jesus, levando às almas a boa nova da salvação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury.

O SR. ATHIÊ COURY (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os *Diários Associados* conferiram ao Dr. Tuffik Mattar a lâurea de "Consagração Pública", em virtude de ter sido o eminentíssimo geriatra brasileiro escolhido, em pesquisa realizada pela Sociedade Interamericana de Pesquisas e Informações, O Médico do Ano de 1977.

Por esse motivo, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo prestou-lhe, na sessão de 24 de junho último, significativa homenagem, pela unanimidade das suas bancadas. Também a Comissão de Saúde daquela Casa aprovou quatro moções, com o seguinte conteúdo:

1º) Pedindo ao Governador a criação da cadeira de Geriatria na Universidade de São Paulo;

2º) Solicitando ao Presidente Geisel a criação do Instituto de Geriatria e a instalação de infra-estrutura médico-geriátrica no INPS;

3º) Autorizando a instalação do Serviço de Geriatria naquela Assembléia;

4º) Pedindo ao Governador a reabertura do Hospital Geriátrico do Estado.

Essa instituição hospitalar foi criada, em 1974, pelo Governador Laudo Natel, mas fechada em dezembro de 1976, sem qualquer justificativa aceitável, esperando-se que o Executivo paulista, em atendimento ao unânime pronunciamento da Assembléia Legislativa, providencie o seu retorno à atividade.

O Dr. Tuffik Mattar tem sido pioneiro, no Brasil, dos estudos de Gerontologia e da clínica geriátrica, tão difundidos na Europa e nos Estados Unidos, onde 72% dos idosos, portadores de problemas médicos e patológicos encontram, com o atual desenvolvimento científico, recursos de recuperação e retornam às atividades produtivas.

O nosso homenageado, Sr. Presidente, vem sendo incansável na sua luta em favor da população senescente, para sua reintegração no trabalho, seja em livros, congressos de medicina, na imprensa e na televisão, como na cátedra. Pelos seus trabalhos, recebeu, no Governo Kubitschek, a Ordem do Mérito Médico e tem cursos de especialização em obstetrícia, cardiologia, diabetes, geriatria e gerontologia, rematologia e clínica médica, com estágio no Hospital Geriátrico de Ivry, em Paris, tendo aprofundado os seus estudos na Suíça e na Inglaterra.

Decerto, ao ser escolhido Médico do Ano de 1977, todos esses títulos pesaram na eleição. Mas, evidentemente, ao lado deles há que considerar o seu profundo humanismo, a sua inteira dedicação a um ideal médico e assistencial tão pouco laborado neste País. Os alunos, os clientes, os leitores, os amigos, em suma, os admiradores do nobre cientista bandeirante conhecem-lhe, sobretudo, os prodigiosos dons de coração.

E é também por eles que, ao congratular-nos pela escolha e pela justa homenagem, queremos levar ao Dr. Tuffik Mattar, no nosso nome pessoal e do povo que representamos nesta Casa, a segurança do nosso maior apreço e da nossa mais profunda admiração, porque o Médico de 1977 será o médico de sempre, em longa vida e além dela, na gratidão de todos os paulistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (MDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com pesar que ocupo, neste instante, a tribuna do Congresso Nacional, para registrar o falecimento do Vereador Rosalvo Silva, da Bancada do MDB de Aracaju. Este ilustre coestaduano pertenceu ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro e, em 1966, quando da fundação do Movimento Democrático Brasileiro, foi um dos 5 Edis que tomou a decisão histórica de ingressar nas fileiras da Oposição.

Successivamente reeleito pelo povo aracajuano, ocupou vários cargos nas Mesas Diretoras da Câmara Municipal, tendo sido seu

Presidente no biênio 1971-1972. Era membro do Diretório Municipal de Aracaju e delegado à Convenção Estadual. Mesmo sendo funcionário público aposentado, dedicava-se ao jornalismo e ao radialismo em nosso Estado. E nos últimos tempos, para ampliar o seu poder aquisitivo, tão agastado pelo aumento do custo de vida, ainda encontrava tempo para se dedicar a atividades privadas.

Este ilustre companheiro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste instante em que desaparece de nosso convívio, merece a minha gratidão pessoal e a de todo o MDB aracajuano, pelas suas posições marcantes de líder progressista e incontestáveis da classe operária aracajuana.

Rosalvo Silva permanece em nosso coração como a lembrança de um homem que sempre soube ser altivo, generoso, dedicado, mas, acima de tudo, um verdadeiro patriota a serviço da democracia, da causa das liberdades públicas e da justiça social em terras de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Nova Iguaçu, há vários anos, vem circulando o jornal *Hoje*.

Em princípio semanário, não muito tempo depois, começou a circular duas vezes na semana.

Mas o seu nome, que trazia em si uma visão profética quanto a seu futuro, indicava ao jornal a necessidade de se tornar diário, o que já ocorreu, para engrandecimento da imprensa iguaçana.

O Município de Nova Iguaçu representa uma das maiores forças sociais, econômicas, políticas e educacionais do Estado do Rio de Janeiro.

Com mais de um milhão e duzentos mil habitantes, é a oitava cidade brasileira em população. O parque industrial de Nova Iguaçu é dos maiores no País e sua rede de ensino, em todos os níveis, é das mais eficientes.

O comércio local compete em igualdade de condições com o da cidade do Rio de Janeiro, o mesmo acontecendo com sua rede bancária.

Nova Iguaçu dispõe de vias diretas de comunicação com todo o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo e demais unidades da Federação, constituindo-se num pólo de desenvolvimento dos mais avançados, especialmente na Baixada Fluminense.

Estes aspectos altamente positivos não escondem problemas comunitários e sociais, próprios aos grandes centros urbanos.

Assim, Sr. Presidente, em Nova Iguaçu cresce assustadoramente o índice de criminalidade, como também se agravam os problemas que, para solução racional, dependem de uma infra-estrutura mais sólida. É o caso dos transportes, do atendimento médico e de tantos outros — enumerá-los já não se torna nenhuma novidade.

Por isto tudo é oportuno que exista, em Nova Iguaçu, um jornal diário, voltado especialmente para a comunidade, exprimindo seus anseios e revelando sua vontade.

E o jornal *Hoje* vem cumprir esta finalidade, fazendo-o de forma perfeita, brilhante.

Esta Casa, Sr. Presidente, precisa tomar conhecimento do extraordinário trabalho desenvolvido pelo jornal *Hoje*, em Nova Iguaçu, integrando a comunidade, revelando seus valores mais autênticos e dando oportunidade a que não apenas aflorem, ao conhecimento público, temas que denigram o elevado índice de civilidade que marca a vida da oitava cidade brasileira em número de habitantes.

Ao fazer esta registro, penso, Sr. Presidente, no valor deste excelente Jornal que hoje integra a vida diária de Nova Iguaçu.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acima do dever de

zebrar pelo recebimento dos impostos devidos, está o administrador obrigado a cuidar da saúde do povo sujeito à sua administração. Por isso mesmo, mais vale perder uma indústria poluente, que paga tributos altos, do que, com ela, afetar a vida e o futuro dos concidadãos vitimados pela poluição diurna.

Este é, precisamente, o caso atual do bairro de Vila Friburgo, em Santo Amaro, onde toda a população está sendo a vítima das atividades da CERALIT, que, apesar dos muitos processos determinando sua mudança para outro local, continua em plena atividade na rua Zurigo, em pleno capital, e até mesmo — sabe-se lá como e por quê! — ampliando as suas instalações.

Há sete anos, sob protestos gerais, o povo de Vila Friburgo, e de um modo geral, a zona de Santo Amaro, vem sendo vítima da incontrolada poluição emanada das fábricas da CERALIT.

A reação popular em defesa da saúde do povo, sobretudo das crianças, que são as mais afetadas pela ação poluidora da indústria, tem sido constante. Vários processos já foram abertos e em sua quase totalidade concluindo pela imperiosa necessidade de ser a fábrica transferida para local onde não afete a saúde geral das populações.

Tudo, porém, fica em solução burocrática e dentro de processos que nunca se concluem, praticamente. Tanto é assim que, malgrado aquelas recomendações expressas, a CERALIT continua onde está e, mais do que isso, fazendo obras para a ampliação de suas atividades malsinadas.

Recentemente, cansada de tanto abandono e de tanto sofrimento, uma Comissão de moradores do bairro se constituiu para dirigir-se diretamente à Organização Mundial da Saúde, procurando no grande organismo internacional apoio para a sua tese, pois que o povo já não pode mais suportar os malefícios diários que lhe advém do funcionamento, em local eminentemente residencial, dos resíduos poluentes de uma indústria que precisa ser localizada fora do perímetro urbano.

Venho — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como Deputado Federal de Santo Amaro, não só enaltecer como incentivar os moradores de Vila Friburgo em sua ação solidária contra os que atentam contra a sua segurança e a sua saúde. Quero, de público, louvar-lhes a atuação e dar-lhes o meu apoio total.

Confio, igualmente, em que os técnicos da Organização Mundial da Saúde, agora chamados ao trato do problema, possam, o mais urgentemente possível, realizar a inspeção que deles se reclama para que, finalmente, se reconheçam os direitos do povo.

E apelo — com veemência — para o Prefeito Olavo Setúbal e para o Governador Paulô Egídio no sentido de que não falte ao povo de Vila Friburgo, retomando o exame acurado dos processos já existentes e determinando, o mais rápido possível, a inadiável transferência da fábrica da CERALIT, cuja ação poluidora é tão nefasta à saúde popular.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSE ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. O estágio de desenvolvimento alcançado pela nossa agricultura, por ter-se dado de forma desordenada e sem o planejamento necessário, poderá ocasionar sérios problemas para o futuro do setor. Isto não reflete preocupações apenas nossas, mas fazem parte de um sem número de manifestações competentes, que afinal devem ser levadas em conta porque as evidências afetam a demonstrar perspectivas nada favoráveis.

Os dados preliminares sobre consumo, produção e estoques, relativos ao ano agrícola de 1978, não permitem previsões otimistas com relação aos preços internacionais. Isto quer dizer que as exportações brasileiras de soja, milho e algodão deverão enfrentar dificuldades nesse ano, afetando consequentemente a nossa receita com a exportação de grãos.

O principal entrave às nossas exportações prende-se ao nível de preço alcançado por esses produtos no mercado interno que não permitem a sua competitividade no mercado internacional.

Tornemos, por exemplo, o caso do algodão. Embora tenhamos tido um crescente aumento da nossa capacidade industrial, a produção brasileira de algodão em pluma tem-se caracterizado por uma grande instabilidade. Assim, esta instabilidade do setor agrícola, encontrando forte demanda exercida pelo setor industrial, eleva os preços do algodão no mercado interno, impossibilitando preços ao mercado externo. À vista dessa situação, os técnicos governamentais já temem pela futura da cotonicultura no Brasil, admitindo a importação a partir de 1980.

Com a soja não se espera sorte diferente. É esperado um nível de preços internacionais bem inferiores aos praticados no primeiro semestre deste ano. Espera-se, dependendo de não haver um aumento de área de soja nos Estados Unidos, preço médio ao redor de US\$ 220 a tonelada, dentro de uma situação normal de mercado. Havia um aumento de produção, de acordo com a hipótese formulada, os preços poderão reduzir-se sensivelmente e o nível médio situar-se abaixo de US\$ 200 a tonelada.

A se confirmarem as perspectivas de preços baixos para a soja em 1978, o nosso produto tornar-se-á gravoso, posto que no porto o custo da soja brasileira já atinge a US\$ 196 ao câmbio atual.

Técnicos governamentais lembram que para tornar o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional, urgem providências para reduzir os custos de comercialização. Para se ter uma idéia do quanto a comercialização onera o produto, basta compararmos que, enquanto nos Estados Unidos essas despesas oneram o produto em apenas Cr\$ 100,00 a tonelada, no Brasil as despesas atingem a Cr\$ 863,65 por tonelada. Esse fator tem neutralizado a vantagem do produto brasileiro em termos de custo de produção.

O milho também se encontra na mesma situação, com uma agravante: os excedentes exportáveis desta safra de 77 ainda estão armazenados no País e nada indica que sejam escoados brevemente. Assim, os problemas de falta de competitividade, como a obrigação do Governo de conceder um subsídio de 20 por cento para viabilizar as exportações, poderão repetir-se no próximo ano. Há na produção mundial uma crescente tendência formadora de estoques de grãos forrageiros, principal fator inibidor de preços.

Dante desse quadro nada alentador, as preocupações generalizadas se voltam para a atitude normal do agricultor que à vista dessas situações tende a reduzir a área de plantio, o que pode levar o nosso País, à curto prazo, a se transformar em importador para atender o consumo interno.

Bem a propósito, há pouco tempo, no plenário desta Casa, tivemos a oportunidade de saudar o novo Secretário da Agricultura de São Paulo, agrônomo Paulo da Rocha Camargo, que se propunha, como principal meta de sua administração, incentivar a pesquisa agrícola. O desenvolvimento tecnológico nos permitirá alcançar uma maior produtividade e nos levará a preços mais competitivos junto ao mercado internacional. A incessante busca de novos conhecimentos precisa ter incentivadores como o Sr. Secretário para que tenhamos uma agricultura à altura das nossas tradições.

Paralelamente à pesquisa, deve o Governo manter estrito controle sobre as múltiplas fases de comercialização a que se submetem os produtores agrícolas neste País, não só os exportáveis, mas todos. Não nos é permitido mais permanecermos indiferentes ao ônus da comercialização desorganizada, que inibe os preços e causa danos irreparáveis à economia da Nação. É preciso que se estabeleçam planejamentos regionais em apoio aos produtores, com formas de transporte adequadas a cada região, tudo para que consigamos suplantar esses custos que têm deixado a nossa agricultura vulnerável.

Nós ficamos na expectativa de que o atual modelo agrícola receba as correções que se impõem na atual conjuntura. Sem essas

modificações, não haverá como ultrapassar os maus momentos que se aproximam.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Tem a palavra o Sr. Deputado Milton Steinbruch.

O SR. MILTON STEINBRUCH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nunca nos animou o intuito de trazer, a esta alta tribuna do Parlamento, querelas municipais. Entretanto, um discurso do nobre colega Luiz Braz, arenista fluminense, divulgado no *Diário do Congresso Nacional* de 9 de junho último, merece, em contradita, as explicações que, largamente, e por nosso intermédio, apresenta o Prefeito Moreira Franco, de Niterói.

É justo, Sr. Presidente, que a defesa ocupe o mesmo espaço nobre que a acusação, no mesmo órgão que veiculou o libelo.

Afirmou o Deputado Luiz Braz que a antiga capital fluminense se encontra, hoje, como um burgo "ermo e parado", sem advertir-se de que, com a fusão administrativa dos dois Estados, perdia Niterói a condição de centro das decisões até então desfrutada.

Mas, para enfrentar problemas que não criou e corrigir os erros da administração anterior, o Prefeito Moreira Franco, substituindo métodos superados, eliminando iniciativas demagógicas e insustentáveis, organizou um esquema de trabalho mais coerente com as necessidades básicas do Município e os recursos de que dispõe.

Certos problemas, anteriormente de menor importância, assumiram contornos bastante relevantes no contexto atual, passando a incluir-se entre as metas prioritárias do Governo municipal.

Para exemplificação, basta citar o Programa de Transporte e de Trânsito e o de Limpeza Urbana, imposta a reformulação de planos anteriores, para evitar o recrudescimento das consequências de erros passados.

Relacionou o apressado crítico, nas culpas ao Prefeito niteroiense, obras que são de estrita competência da administração estadual, como o aterro da Praia Grande, a construção da Estação das Barcas; a do prédio destinado à Justiça, que tem concluída a estrutura de quinze andares, bem como o Hotel Praia Grande.

Além disso, o aterro da Praia Grande, iniciado pelo Governo do Sr. Raymundo Padilha, transformou-se num matagal, contribuindo para o empobrecimento estético e funcional da cidade. Mas a Prefeitura, interessada em promover a renovação física do local, vem mantendo os necessários contatos com a FUNDEM. A nova estação hidroviária faz parte desse projeto, mas sofreu embargo na construção pelo STBG, empresa hoje sob o controle do Governo Estadual, que decerto solucionará o impasse.

Quanto ao esqueleto do prédio do Tribunal de Justiça, obra estadual, realmente desfigura, como o do TRE, a paisagem do centro de Niterói, já tendo a Prefeitura manifestado interesse em adquirir esses imóveis, dentro de suas possibilidades financeiras.

No que se refere ao Hotel da Praia Grande, reconhece o próprio Deputado que a obra pertence à FLUMITUR, marcada sua inauguração para o dia 22 do corrente.

Realmente, o Prefeito Moreira Franco, ao assumir o Governo municipal, encontrou algumas obras por concluir, mas depende, para tanto, de recursos financeiros, porque os recebidos do FPM, do FRM e do TRM são insuficientes para a conclusão da Avenida Dois de Piratininga e a implantação das pistas do trecho inicial de São Francisco. O orçamento encontrado pelo novo gestor de Niterói previa encargos com o pessoal da ordem de 177 milhões e 835 mil cruzeiros, contra uma dotação de pouco mais de 160 milhões.

Recentemente, numa conferência da ADESCG, o Prefeito Moreira Franco, abordando a crise urbana brasileira e seus reflexos em Niterói, informou que as despesas de custégio atingirão 85% da arrecadação, sendo 63% com o pessoal, restando 15% para investimentos diretos. Anunciou, na oportunidade, a execução de uma programação financeira rígida, para propiciar o pagamento das

dívidas encontradas com bolsas de estudo, combustíveis, energia e até coleta de lixo. Daí a necessidade de uma articulação entre as obras básicas, visando, em primeiro lugar, ao interesse da população, e dentro dos recursos financeiros existentes. Nada de obras suntuárias ou meramente paisagísticas, pois o primordial é a melhoria da qualidade de vida para a população.

Tais as explicações, Sr. Presidente, que, em nome do dinâmico Prefeito de Niterói, apresento nesta oportunidade ao seu apaixonado crítico, o nobre colega Luiz Braz, que não desconhece a herança administrativa e os elevados compromissos financeiros deixados àquele Governante pelo seu antecessor.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nunca será demais a homenagem que se preste à memória do herói Sargento do Exército Silvio Delmar Hollembach, morto em consequência das mordidas de ariranhas no Jardim Zoológico de Brasília, quando salvou da morte o menor Adilson Florêncio da Costa.

Pode ocorrer que, num ato de humanidade, e desde que não tenha exata consciência da realidade do perigo que enfrentará, porque o desconhecimento da possibilidade de perder a própria vida favorece o impulso à fraternidade, alguém experimente socorrer quem se encontre em perigo. O que ocorreu com o Sargento Silvio Delmar Hollembach, contudo, foi diferente. Foi algo indescreitivel! Raro, entre os homens! Ele viu o perigo ameaçador! Ele presenciou o ataque indefensável das diversas e agressivas ariranhas! Ele estava absolutamente consciente do perigo mortal que enfrentaria se decidisse socorrer a criança que já estava sendo mutilada com o sangue jorrando do seu corpo! O Sargento Hollembach sabia que poderia morrer, mas admitiu conscientemente que não poderia deixar o paqueno rapaz morrer sob os seus olhos inertes!

Assumindo todas as consequências possíveis e previsíveis, o Sargento Silvio Delmar Hollembach pulou o alambrado, entrou onde estavam as feras e, de lá, sob o ataque incontinenti dos animais, todo ensanguentado e perfurado, agarrou firmemente o garoto ferido, suspendeu-o por sobre o muro e o pôs a salvo. Sem que pudesse desvencilhar-se das feras, lutou sozinho desesperadamente até quando foi possível ser retirado já todo mutilado, para morrer depois.

Morreu o Sargento Hollembach. Seu exemplo ficou; que fique para sempre na memória de todos nós. É o exemplo vivo do absoluto amor ao próximo. Em seu momento de decidir, não titubeou, não ouviu a ninguém, mas apenas à sua consciência que lhe dizia: "Uma criança está a morrer, podes salvá-la... Salva-a, mesmo que morras!"

A felicidade do Sargento Hollembach deve ter sido a mais sublime por ter sabido, antes de morrer, que o seu sacrifício não foi em vão — a criança está viva!

O ato do Sargento Silvio Delmar Hollembach é um jato de luz em meio à humanidade tão maciçamente insensível ao próximo... É um despertar de nossas consciências... É um reviver evangélico...

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, registro, desta tribuna, o meu mais profundo respeito e a grata mais sincera homenagem à memória do Sargento do Exército Silvio Delmar Hollembach.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Com a palavra o Sr. Deputado Dias Menezes.

O SR. DIAS MENEZES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Vereador Geraldo Elisei, da representação do MDB na Câmara Municipal de Cruzeiro, Estado de São Paulo, teve aprovado, em sessão plenária daquela Casa, requerimento de sua autoria endereçado ao Ministério dos Transportes para a construção do viaduto de acesso àquela cidade, numa iniciativa das mais louváveis.

Concordo plenamente com o ilustre Vereador, quando salienta, na justificativa, o que representa para a comunidade cruzeirense a construção daquela obra, entre os quilômetros 198 e 199 da Rodovia Presidente Dutra, por traduzir uma inestimável contribuição ao desenvolvimento da região, facilitando o escoamento de inúmeros produtos aos grandes centros comerciais do País, atualmente atendidos por vias mais distantes e carentes das condições operacionais de todo o tráfego rodoviário.

A medida se torna ainda mais oportuna, uma vez que a construção daquele viaduto favorecerá grandemente a exportação, para outras praças, dos produtos manufaturados pela Fábrica Nacional de Vagões e pela COPA, Companhia de Papéis, ambas localizadas naquela região e bem próximas da rodovia Presidente Dutra, e cujas atividades estão exigindo um fluxo muito grande de veículos para transportes e cargas.

Além desses fatores de favorecimento do progresso regional, destaca-se, entre outros, a segurança do trânsito, já que o trevo de acesso à "Presidente Dutra" está localizado numa curva de acentuado declive, dificultando a necessária visibilidade dos motoristas. Ademais, haverá uma considerável economia de combustível, pois incentivará o fluxo de veículos pela rodovia estadual que faz a ligação Cruzeiro — Rodovia Presidente Dutra em menor distância, apresentando-se ainda em ótimo estado de conservação. Bem assim, todo o movimento de veículos do sul de Minas Gerais vindo do chamado Circuito das Águas passará a ser feito por esse novo trecho, com resultados altamente satisfatórios, para os usuários e para o desenvolvimento da região.

Em verdade, Sr. Presidente, a cidade de Cruzeiro necessita daquela obra, pelas razões aqui delineadas. É um empenho do Vereador Geraldo Elisei e de todos os cruzeirenses que lutam pelo progresso daquela comunidade.

Faço o registro e encareço, desta tribuna, o especial interesse do Sr. Ministro Dyrceu Nogueira, dos Transportes, pela importância da obra e pelo que ela representa para Cruzeiro. Estivesse ao meu alcance legislar sobre o assunto, colocaria no Orçamento da União a verba necessária e tudo seria solucionado sem tanta demora e sem tanta burocracia.

Na impossibilidade, resta-me apelar ao Ministro dos Transportes, em cujas mãos está a solução do problema.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o empregador doméstico poderá incluir, como dedução cedular, na declaração do Imposto de Renda, sua quota nas contribuições pagas ao Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, relativas ao empregado ou empregados a seu serviço

Esta é a proposição de minha autoria consubstanciada através do Projeto de Lei nº 3.709, de 1977, que entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decreto que a regulamentar.

Entende-se que o custeio do regime da previdência social, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho, será atendido, também, pelas contribuições do empregado doméstico e do empregador doméstico, num total de 16% sobre o salário mínimo regional. E nestes casos, o empregado doméstico fazendo jus à assistência previdenciária e social, o empregador deduzirá de seu Imposto de Renda a parcela daquela contribuição, que lhe onera o orçamento doméstico.

Para a legislação fazendária, a expressão "contribuições previdenciárias" abrange não só as contribuições pagas a institutos de previdência, como INPS, IPASE e outros, como também às recolhidas aos Sindicatos. Essa legislação permite, ainda, sejam deduzidas pela pessoa jurídica as quotas da previdência, pois entende que estas constituem "despesa operacional", a ser deduzida como despesa, na apuração do lucro operacional.

Por que não estender a mesma faculdade ao empregador doméstico no tocante às suas contribuições em nome do empregado ou empregada que o serve no âmbito familiar?"

Isto estimulará a inscrição de um grande número de empregados domésticos no sistema previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ruy Brito.

O SR. RUY BRITO (MDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o jornalista Antônio Cortizo acaba de ser reconduzido, pelo Ministro Arnaldo Prieto, para novo mandato de 3 anos na Comissão de Enquadramento Sindical. A designação representa o reconhecimento dos méritos do referido jornalista, o qual, no triênio anterior, quando cumpriu seu primeiro mandato, obteve a aprovação de todos os processos que relatou, sem que fosse interposto qualquer recurso contrário aos votos que proferiu.

O Jornalista Antônio Cortizo é Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade — entidade que representa os jornalistas, radialistas telefônicos, telegráficos e publicitários do Brasil e Vice-Presidente da Federação Nacional dos Radialistas, depois de haver ocupado, com eficiência, os cargos de Presidente do Sindicato dos Radialistas da Bahia, Presidente da Federação Nacional dos Radialistas e Secretário de Relações Públicas da CONTCOP.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para leitura da Mensagem Presidencial nº 86, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.567, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 12, de 1977-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 79, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o projeto.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para discutir o projeto.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 12, de 1977, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00, para indenização à Companhia Docas da Bahia, e dá outras providências.

A encampação em causa foi determinada pelo Decreto nº 77.297, de 15 de março de 1976 — chamo a atenção para a data — com fundamento do art. 13 do Decreto nº 24.599, de 6 de julho de 1934, estabelecendo desde logo que a União fosse imposta na posse dos bens, instalações e serviços do porto e que a administração passasse provisoriamente para a Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRAS, incumbida de promover os atos necessários à execução do Decreto, bem como ajustar com a concessionária o pagamento da indenização legal.

A PORTOBRAS procedeu à necessária tomada de conta final, que foi aprovada por sua Diretoria em Resolução nº 189/76, de 21 de dezembro de 1976, e homologada pelo Exmº Sr. Ministro dos Transportes através da Portaria nº 57, de 1º de fevereiro de 1977.

Consoante esclarece o Ministro dos Transportes, com base em informações da PORTOBRAS, a indenização devida alcança o montante de Cr\$ 286.588 774,65 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e cinco centavos).

Sr. Presidente, a Liderança do MDB no Senado votará favoravelmente a este projeto, fazendo, porém, uma observação, no sentido de que, no futuro, o Congresso Nacional exerça mais de perto a fiscalização dos atos do Executivo. E por quê, Sr. Presidente? Porque estamos votando o projeto baseados nas informações prestadas pela PORTOBRAS ao Sr. Ministro dos Transportes, contidas na Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Não as pesquisamos para saber se o valor dessa indenização é real, menor ou adequado. Esta a observação que, em nome da Minoría do Senado Federal, devia deixar aqui registrada.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A observação de V. Ex^e é no sentido de que a Comissão Mista deveria ter examinado exatamente isso?

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Ex^e

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — É que, no caso, a Comissão é constituída com a representação dos dois Partidos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não me estou referindo especificamente à Comissão Mista, mas alertando o Congresso Nacional quanto à necessidade de, no futuro, fiscalizar mais de perto os atos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs Deputados que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto sem emendas e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 1977 — CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589 000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para pagamento da indenização à Companhia Docas da Bahia, correspondente à remuneração do capital reconhecido até a data da encampação, e dos bens, instalação e serviços afetados ao acervo patrimonial do Porto de Salvador, Estado da Bahia, encampado através o Decreto nº 77 297, de 15 de março de 1976

Art. 2º Para a cobertura deste crédito especial, o Poder Executivo fica autorizado a:

I — emitir e colocar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional até o limite de Cr\$ 224.726.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil cruzeiros);

II — cancelar no Orçamento aprovado pela Lei nº 6.395, de 9 de dezembro de 1976, em 2901 — Fundo Nacional de Desenvolvimento, Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Projeto 2901.03090403.122, até a importância de Cr\$ 61.863.000,00 (sessenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil cruzeiros).

Art. 3º O pagamento da indenização será feito por escritura pública, da qual deverá constar a anulação das alienações imobiliárias efetivadas pela ex-concessionária após a edição do Decreto-lei nº 128, de 31 de janeiro de 1967

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos)

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Posta 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00